2

3

4

5

6 7

8

9

10

11

12

13 14

15

16

17 18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33 34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62 63

64

65

66

67 68 Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora-MG realizada em 23 de Novembro de 2017 (quinta-feira) em primeira chamada às 18h30min, em segunda chamada às 18h45min, em terceira e última chamada às 19h00min na sede do Conselho Municipal de Saúde, sito à Rua Batista de Oliveira, 239 sala 402 - Centro, Juiz Fora. Tendo como pauta os seguintes assuntos: 1) Verificação do Quorum e Abertura da reunião. 2) Discussão e Deliberação das matérias: 2.1) - Projeto Libras na Saúde. Propositor: Pleno do CMS. Expositor: Erliandro Felix Silva/Professor de Libras. Convidada: Elizabeth Jucá e Mello Jacometti. 2.2) -Sindicância Saúde Mental - Instituída pela portaria nº 2666/SS de 03/01/17 e portaria nº 2672/SS de 14/01/17 -Apresentação do resultado conclusivo. Propositor: Jorge Ramos - Secretário Executivo. Expositor: Comissão de Sindicância - Portaria nº 2666/SS de 03/01/17 e portaria nº 2672/SS de 14/01/17. 2.2.1) - Chamada Pública -004/2017 (Gerenciamento, Operacionalização e Execução dos Serviços Residenciais Terapêuticos). Propositor: Jorge Ramos - Secretário Executivo. Expositor: Elizabeth Jucá e Mello Jacometti - PJF/SS e Comissão de Acompanhamento dos Contratos e Convênios - SS/PJF. Deliberações CMS 23/11/17: 1) Apresentado o projeto "Libras na Saúde" pelo estudante de letras com licenciatura em libras - Erliandro Feliz Silva surdo. Deliberado por encaminhar o projeto à senhora Secretária de Saúde, Beth Jucá para analisar possibilidades de acolher o projeto, como também, por sugestão do conselheiro Gilson Salomão -Sindicato dos Médicos que o projeto Libras na Saúde, seja objeto de um projeto de lei. 2) Sindicância Saúde Mental e chamada pública. Os pontos foram debatidos ao mesmo tempo restando: 2.1) Sindicância: enviar ao CMS, processo nº 4440/2013 volume 1 a 5, para reprodução de cópias pela Secretaria Executiva CMS. 2.2) A Secretaria de Saúde, pela Comissão de Sindicância encaminhará ao CMS ofício informando sobre o monitoramento pelo Departamento Saúde Mental do processo de gerenciamento, operacionalização e execução dos serviços residenciais terapêuticos em execução pela Instituição Casa Viva. 2.3) Conceder certificado de inscrição no CMS à Instituição Casa Viva, viabilizando sua participação na chamada pública 004/2017 a ser realizada em 06/12/17, com monitoramento da prestação do serviço pela Comissão Sindicante, Departamento Saúde Mental e Comissão de Saúde Mental do CMS. A participação da Comissão Sindicante ocorrerá até a sua duração. 3) Indicados para representarem o CMS, no fórum dos conselhos as conselheiras: Maria Adelina Braz e Maria Madalena Calheiros, respectivamente usuárias, substituindo conselheiros Guido e Regina Célia. 4) Indicada conselheira Maria Alice para representar o CMS no COMPID. Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS): Boa noite a todos. Havendo quorum regimental nós vamos dar início à reunião, vai usar a palavra agora o Erliandro que vai falar sobre o projeto de libras. Com a palavra Lenir Romani (Sindicato de Saúde): Boa noite. Eu sou Lenir Romani do Sindicato de Saúde e trabalho na saúde no João Penido, e nós temos aqui uma dificuldade intensa em Juiz de Fora, eu também trabalhava na Prefeitura e nós sempre tivemos uma dificuldade intensa de atender os deficientes auditivos, e nunca tivemos a oportunidade de perguntar para eles o que acontecia, e eles vieram aqui conversar com a gente, inclusive vieram perguntar para o Jorge e solicitar ao Jorge essa reunião hoje, essa apresentação hoje, mostrando a dificuldade que ocorre no atendimento de saúde no município de Juiz de Fora, eles vão mostrar para vocês um projeto que tem em São Paulo e como é o atendimento em São Paulo totalmente diferente aqui do nosso atendimento. Com a palavra Erliandro Felix (Professor de Libras): Boa noite a todos. O meu nome é Erliandro, eu sou o intérprete e o meu nome é Wiliam, nós também temos no nosso grupo de projeto a Grazi que também é nossa amiga e formada lá na USP, o Erliandro é estudante de letras e libras, e eu também estudo aqui na Universidade Federal de Juiz de Fora, e nós vamos apresentar o nosso projeto que nós queremos apresentar aqui ao Município de Juiz de Fora. Então a primeira coisa que a gente queria falar, é um relato de experiência de uma central de atendimento da área de servicos da saúde de HIV lá em São Paulo na cidade de Diadema na região metropolitana, e o que acontece é a questão do ensino de libras para os profissionais e a gente vai dividir em três partes, ele vai apresentar a experiência, vai apresentar o projeto e também abrir para dúvidas. Então a questão primária é a questão do acesso dos surdos nos serviços de saúde, então primeiro a gente precisa de entender que é um direito de todas as pessoas da sociedade como um todo ter o direito ao acesso a saúde, e o que acontece é que muitas vezes as pessoas da sociedade pensa que o deficiente ele é um ser que não é cidadão, por exemplo, eles não fazem sexo, eles não usam drogas. Então o que acontece? Os serviços de saúde, as propagandas, os marketing, eles não atendem os surdos em quase nenhum município porque eles pensam que o surdo não é um ser social, e muitas vezes acontece é que os surdos eles não tem acesso às informações, os jovens que são deficientes e que são surdos eles não tem acesso a informação de, por exemplo, as propagandas que acontecem, as informações e um exemplo claro são as questões de AIDS, eles não tem acesso e é bastante complicado principalmente os surdos que precisam de fazer algum tipo de campanha contra HIV, contra o acesso a unidade básica de saúde, então precisa de que a saúde tenha um olhar para esse sujeito surdo que é o que não está acontecendo, os surdos não estão tendo informações e não estão conseguindo cuidar de sua saúde aqui em Juiz de Fora, e uma coisa bem clara é a questão de exames e existe um relato de experiência que é a questão lá de Diadema para fazer os testes de HIV que foi onde ele fez a pesquisa dele, ele fez uma pesquisa lá na cidade de Diadema numa central de atendimento que recebe pessoas para teste de sorologia, e é uma pesquisa muito simples de que ele só está explicando de que para você fazer um simples teste, um simples exame de sorologia para saber se dá positivo ou negativo, é completamente difícil porque existe duas formas tem o que demora sete dias que sai o resultado. E como que funciona para fazer os exames para ter um atendimento lá na cidade de Diadema? Primeiro você faz um pré-acolhimento que eles fazem o cadastro na Secretaria, depois você vai ao psicólogo então existe esse profissional e ele faz uma entrevista que é o procedimento padrão com todas as pessoas, e depois é feito um pós-acolhimento que aí é o exame em si que normalmente demora em torno de 20 minutos um teste básico de sorologia, que é onde aconteceu a pesquisa dele que aí declara se dá positivo ou negativo, então esse é um mapa de que mostra a minha experiência pessoal lá na central de atendimento em Diadema que é aquela região marrom alí. Então ele vai detalhar agora como que foi a experiência dele num

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107 108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

sérvio de saúde lá em Diadema antes dele mudar aqui para Juiz de Fora porque agora ele é juiz-forano, então as políticas públicas desde 1998 foi criado uma cartilha que determina todas as regras, e uma das questões do Conselho é a questão do atendimento individualizado, as pessoas tem direito de um atendimento individualizado, então inclusive o Conselho de Psicologia ele também opina de que deve ser feito um atendimento individualizado e isso não acontece com os surdos porque os profissionais de saúde eles não sabem a língua de sinais. Então como que é o procedimento lá em São Paulo? Como que funciona para você fazer um exame? Você precisa levar os documentos, o RG, o CPF, normalmente é marcado um horário para ver se consegue fazer o atendimento sim ou não, e o meu atendimento o meu exame particular lá na cidade de São Paulo foi feito pela primeira vez e ele vai detalhar como que foi o atendimento passo a passo, a primeira coisa ele chegou lá e falou que ele queria fazer um teste de sorologia que fazia parte da pesquisa, pediram a documentação dele e estava tudo certo, o segundo passo ele passou no psicólogo, porém o psicólogo não aceitou atender ele porque ele é surdo, e aí ele começou a se sentir muito mal porque como eu quero fazer um atendimento uma coisa muito simples e eu não consigo fazer um simples exame, e a pessoa ela não sabia libras e queria que ele ficasse escrevendo em papel, então é bastante complicado essa questão da língua dos surdos. Então o que aconteceu? Para ele conseguir o atendimento ele teve que procurar uma pessoa para ajudá-lo, e aí ele conseguiu e chamou um amigo dele para ir junto com ele no atendimento para resolver essa questão dele fazer o exame e continuar sua pesquisa, então uma coisa bem clara é que a central de saúde ela tinha secretária, ela tinha psicólogo, ela tinha enfermeiro, ela tinha médico especialista, tinha inclusive os materiais, então era uma central, então é um caso claro de que a central de atendimento ela tinha tudo, tinha toda uma estrutura e todos esses profissionais da área da saúde, inclusive médico especialista que é o que normalmente falta, e o material também tanto para questão de retirada de sangue quanto aquele que é feito pela boca o oral, porém ninguém sabia a língua de sinais então foi um impedimento que ele não conseguiu acesso, então a lei de 2002 que é uma lei que reconhece a língua brasileira de sinais como uma língua dos surdos ela obriga que todas as empresas seja ela privada ou particular ou prestadora do servico público, elas oferecam um atendimento e isso está na lei e é uma lei de 2002. então todos os profissionais da saúde deveriam saber se comunicar nem que fosse o básico em libras que nós acabamos não respeitando. Então para finalizar essa questão da experiência dele, então é importante que haja uma inclusão verdadeira porque o surdo ele tem o direito, ele é um cidadão, precisamos fazer políticas públicas que atendam esse público que por incrível que pareça não é minoria, o surdo sempre fica excluído mais o surdo não é minoria e só em Minas Gerais tem mais de 1.000.000 de pessoas que tem deficiência auditiva, então precisa resolver essas questões na área da saúde para as pessoas que são surdas, precisa reconhecer o surdo como um humano, então eu penso que aqui em Juiz de Fora tem muitos surdos e os surdos eles são bastante limitados, eles não conseguem ter acesso na UBS, na UPA, ele tem uma amiga inclusive que está grávida e está tendo bastante limitações para resolver o pré-natal dela porque os profissionais não sabem libras, aí sempre ela tem que ficar dependente de família ou de amigos, mas esse não é o correto, tudo que a gente apresentou antes é que é um direito e que o município já deveria estar preparado para atender as pessoas porque existe os profissionais, mas os profissionais não estão preparados para fazer o atendimento as pessoas que tem deficiência, está existindo uma comunicação muito grande. Então é com o objetivo que ele criou esse projeto, então o objetivo desse projeto de libras na saúde aqui em Juiz de Fora é para mostrar que existe uma lei e exigir do município que consiga fornecer nem que seja o básico do atendimento para esse público surdo, e fazer com que incentivem os profissionais da área da saúde a aprender a língua de sinais para que consiga atender os surdos dignamente nem que seja uma coisa simples, dar uma simples informação e que hoje não acontece, e o surdo consiga ter acesso a essa política, então esse projeto ele tem como metodologia é ensinar os profissionais da área da saúde principalmente os enfermeiros, os que trabalham na unidade básica de saúde, os que trabalham com plantões e também na UPA, para que eles consigam se comunicar com o surdo, para que o surdo consiga se sentir bem igual a uma pessoa que escuta, um ouvinte. Então o objetivo era criar um curso específico de língua de sinais para as pessoas da área da saúde, porém não dá para atender todas as UBS em cada unidade, então a ideia seria criar um polo que nós pensamos colocar naquela central que existe para fazer exames de AIDS, e que as pessoas da UBS pudessem se deslocar até aquele local e fazer um curso de capacitação, aprender a língua de sinais, para que consiga se comunicar com esse público surdo que hoje está no município, então esse meu projeto que já foi aprovado lá em São Paulo quando eu ainda morava lá e ele mostrava inclusive os profissionais de Campinas eles também aprenderam libras, o pessoal do SAMU, e eles fizeram inclusive um vídeo relatando o aprendizado deles, e mostrar essa independência que o surdo precisa ter para conseguir usar os serviços de saúde e conseguir resolver esses problemas, aqui a gente apresentou um caso simples de fazer um teste de sorologia, imagina um acesso a uma UBS, a uma UPA, então essa é uma profissional é um vídeo que eles estão aprendendo a língua de sinais, é legal vocês assistirem esse vídeo e é lá em Campinas, mas a gente pode abrir para pergunta quem quiser tirar dúvidas, fazer complemento, enquanto isso eu pego aqui o vídeo e coloco. Vocês tem alguma pergunta? Com a palavra Lenir Romani (Sindicato de Saúde): O Erliandro ele chegou até mim por quê? Aconteceu uma situação muito desagradável aqui em Juiz de Fora, tem um conhecido dele que está com problemas seríssimos, e uma pessoa foi fazer uma tradução, uma pessoa que não é profissional de saúde que não tem ética. Então o que aconteceu? Essa pessoa divulgou a situação do deficiente para as outras pessoas e era um caso de HIV, então ele ficou muito magoado, ele ficou muito atormentado com isso, os outros colegas dele que também são surdos não tem aquela confiança, mas até mesmo o profissional que fez isso na pessoa que fez isso e por isso que solicitaram o Erliandro e por ele já estar inserido nos projetos de saúde, que solicitasse uma pessoa da Prefeitura que eu trouxe para o Jorge comentamos com o Jorge essa situação e o Jorge propôs hoje esse tema aqui no Conselho. Com a palavra Wiliam (Intérprete de Libras): Vendo o nosso trabalho que aconteceu em Diadema, eles estão inclusive criando agora um aplicativo para conseguir chamar o SAMU, por um aplicativo para o surdo conseguir chamar o SAMU, esse não é o nosso foco, o nosso foco é mais o ensino de libras, esse é um pessoal da tecnologia que quis

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166 167

168

169

170

171 172

173

174

175

176

177

178 179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

complementar o trabalho, então é bastante legal e a gente vê que é uma coisa que já acontece, só não acontece aqui no nosso município que a gente vive hoje, e por isso que a gente procurou ela que se dispôs a nos apresentar aqui e a gente mostrar o nosso projeto, a nossa ideia, de que não é uma coisa nova, é uma coisa que já acontece em outros lugares, porém como o Erliandro foi aprovado aqui na Federal de São Paulo então ele quis trazer um projeto desse para a cidade que ele vive, e é isso, se vocês quiserem abrir para perguntas. Com a palavra Maria Madalena (AAPEM): Eu estou até com o meu coração palpitando de muita emoção de ver agora depois de muitos anos estarem dando uma maior atenção aos nossos surdos, porque o meu pai, por favor, me respeitem e não zombem de mim, porque a gente não tem o estudo mais temos o conhecimento e exemplos verídicos, o meu pai analfabeto que era lá na nossa terra vindo de Carangola, o meu pai tinha um respeito e um carinho pelos nossos deficientes, e apesar de ser um analfabeto ele entendia tudo o que eles estavam dizendo e o que eles queriam, e hoje às vezes nós vemos tanta gente com tanto estudo e às vezes uma descriminação, e às vezes quando a gente vem dar exemplos somos criticados, então que nessa noite nós conselheiros possamos fazer alguma coisa para que ajude essas pessoas tão deficientes às vezes de um carinho. E quero citar um exemplo, alí perto da Igreja da Glória tinha uma pessoa com a deficiência igual à deles tentando atravessar a rua e ninguém, eu percebi porque é o dom de Deus, é Deus que toca a gente, eu fui lá e perguntei e ela mostrou assim, eu a atravessei e ela estava esperando uma tia dela que não era deficiente, eu atravessei e eu falei assim, daí a pouco aparece à senhora lá e uma senhora humilde correndo e falou "Ela está me esperando, ela é deficiente, ela não sabe falar", mas estava acostumada, mas ninguém alí para atravessá-la, ela não pôde, ela tinha ido à igreja me parece, então vamos respeitar e, por favor, mais uma vez não critique a gente porque eu sou em defesa de tudo que possa ajudar a nossa sociedade, o nosso ser humano, principalmente as pessoas deficientes, mas vamos pedir a Deus e que Deus abençoe a todos nós que estamos aqui nesse momento, porque é um momento que qualquer um de nós poderia estar no lugar deles ou podemos ter amanhã porque não na nossa família, Deus abençoe a todos vocês. Com a palavra Vanderli Henrique (Sindicato Estabelecimento de Saúde): Eu gostaria de saber, vocês falaram de um curso. Esse curso, vocês mesmos ofereceriam e dariam esse curso? Ele ia ter custos ou seria grátis? Essa é a minha pergunta. Com a palavra Lenir Romani (Sindicato de Saúde): Eu gostaria de estar perguntando para o Erliandro, além do curso que seria específico para os profissionais de saúde de Juiz de Fora, o local que estaria sendo colocado esse curso aqui, o nível de atendimento, o nível da dificuldade que seria esse tipo de atendimento, no atendimento atualizado é para UBS, é específico clínico, é específico exame, é cirúrgico, é atendimento DIP, aidético, são vários módulos que você poderia estar explicando porque nós temos pessoas diabéticas, nós temos pessoas hipertensas, nós temos pessoas aidéticas, nós temos pessoas psiquiátricas, e nós sabemos da dificuldade também do deficiente auditivo estar tendo esse alcance e atendimento nesses locais. Então esse local ele seria mais central? Você acharia que esse curso deveria estar acontecendo onde aqui dentro do município sendo embasado pela Prefeitura? Com a palavra Regina Célia (Região Sanitária 12): A minha pergunta, aliás, a minha nem é pergunta, é uma questão de sugestão mesmo, porque se está pedindo para que tenha o profissional eu entendo que é na rede porque eles são atendidos em toda rede que é a rede de atenção primária, secundária e terciária, e aí eu vou na mesma fala do Vanderli. Como que seria esse curso? Onde seria? Qual o custo? Porque tem o projeto ou se tem alguém que dá esse curso para os profissionais, porque aí no caso a gente tem que fazer aos poucos porque não pode tirar todo mundo da rede para poder estar distribuindo, é isso o que eu gostaria de saber. Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo): Quando nós fomos procurados pela Lenir, pelo Wiliam, o Erliandro, eles apresentaram um projeto, e hoje o objetivo dessa reunião é justamente abrir um debate para que as pessoas possam se apropriar da informação, então a gente tem aqui um cronograma do módulo 1 com aula 1, 2, 3, e fala inclusive de informações sobre saúde bucal, primeiros socorros, diabetes igual o Wiliam já colocou, e na última folha cinco fala dos profissionais de libras, o Erliandro com 40 horas no valor mensal de R\$ 3.800, professor intérprete de libras Wiliam 40 horas R\$ 3.800, enfermagem Lenir 40 horas R\$ 3.800, enfermagem Cláudia R\$ 3.800. E por que eu estou falando isso? Porque eu já vou fazer uma proposta de encaminhamento, nós não temos aqui a competência nesse momento de dizer para Secretaria fazer ou não, até porque não há exclusividade no sistema público, daqui a pouco nós vamos entrar num debate aqui bem rico com relação à chamada pública, então todo esse processo ele deve ser encaminhado a Secretaria de Saúde para que a Secretaria de Saúde se aproprie do processo, se aproprie das informações, e aí sim a gente tem que voltar para decidir o que fazer com isso, há um custo e esse custo tem que ser pago por alguém, se tivéssemos alguém que resolvesse patrocinar melhor ainda, mas realmente isso vai ter que sair com recurso do município, pode ser que dentro do recurso do teto da média e alta complexidade na questão das especialidades a qual o Alessandro está aqui a gente pudesse estar viabilizando, mas eu quero só deixar Wiliam para ninguém sair enganado daqui porque às vezes as pessoas saem com uma expectativa e se frustram depois que deixam o prédio, é objeto de um processo normal dentro da administração pública, não há como você fugir disso, "Mas e o valor?" se você pegar o valor e multiplicar pelo período ele passa inclusive da carta convite, passa de uma tomada, então tudo isso tem que ser observado e a administração pública ela vai ter que não pegar esse projeto e entregar na mão de A, B ou C, não é isso, isso a gente tem que resquardar, mas a ideia do projeto está aqui para Secretaria de Saúde estar concebendo alguma proposta, e aí essa proposta volta ao Conselho e a gente bete o martelo em cima do fazer, é importantíssimo, vocês viram a dificuldade que nós tivemos em se conter de dizer o seguinte "Por favor, espere", porque a comunicação entre eles ela tem que ser muito observada, e você imagina uma pessoa chegar num consultório médico e ter que usar um intérprete e esse intérprete irresponsavelmente divulgar que essa pessoa tinha uma dificuldade e isso corre dentro de um campus da Universidade, vamos apurar a questão do cirurgião dentista lá, deviam apurar também esse cidadão porque ele cometeu o mesmo crime, já vou falar aqui a minha indignação, não respeitou, então é um processo, você imagina Dr. Gilson. Como é que se comporta isso lá dentro do Hospital de Pronto Socorro? E como é que se dá isso dentro do Hospital de Pronto Socorro num volume de atendimento? Como é que se dá isso numa UPA? E aí vamos para dentro das

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256 257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

unidades de pronto atendimento, a UPA Norte tem um terceirizado gerenciando, a UPA Sul e a UPA Oeste, quer dizer isso tudo teria que entrar no processo de contratualização deles, é por isso que a gente não quer vender ilusão para as pessoas, essa é a minha posição tem que ser muito responsável com relação a isso, então o meu encaminhamento seria esse Regina para que a gente estivesse encaminhando para Secretaria. Com a palavra Dr. Gilson Salomão (Sindicato dos Médicos): Eu queria dar uma sugestão que não apenas essa discussão ficasse em torno de Secretaria de Saúde, mas gueria ampliar isso aí. Por que não encaminhar essa proposta para Câmara dos vereadores para que se criasse um projeto de lei nesse sentido em que o município sentisse obrigado a criar esse curso de libras para poder melhor atender os deficientes auditivos? Eu acho que um projeto de lei daria muito mais consistência do que simplesmente ficar essa discussão a nível somente de Secretaria de Saúde, é a minha sugestão. Com a palavra Wiliam (Intérprete de Libras): Primeiramente como a primeira colocou é muito importante, eu acho que falta empatia, falta às pessoas se colocarem no lugar dos outros, e esse ano que aconteceu uma coisa muito legal que foi o tema da redação do ENEM que falava da importância da formação dos surdos, então nas pessoas não existe a preocupação, então o MEC já está também dando uma provocada, então com esse tema do ENEM já é muito importante a gente pensar e se colocar no lugar do outro, saber como a gente pode melhorar a qualidade de vida, ajudar o outro realmente. Então o curso, existe um projeto inclusive ele está aqui, a ideia igual mostrou alí era criar uma espécie de central que nós pensamos alí no centro onde tem aquele lugar que também faz exame de sorologia porque alí é um centro, e as pessoas da UBS conseguissem disponibilizar como a gente sabe que não pode todos, mas que as pessoas pudessem de 2 em 2, de 3 em 3 por unidade, que fossem até a unidade e que fizesse o curso, aqui também existe todo um projeto realmente e quem quiser dar uma olhada, existe uma metodologia, nós criamos uma questão de aulas. E também tem o custo, aqui está mencionando no projeto um custo do profissional que vai ensinar a língua de sinais de R\$ 3.800, muitas pessoas estão falando para nós que está muito alto, mas a gente pode entrar no site da transparência do Estado de Minas os intérpretes de língua de sinais não são professores, são intérpretes e eles ganham quase esse mesmo valor eles ganham R\$ 3.000 e eles trabalham só meio período, alí ele se disponibilizou a criar um curso em dois períodos, então o valor não chega a dobrar, então é um valor que está dentro do mercado e está até a baixo pela quantidade de horas porque é 40 horas semanais, e aí ficou esse valor de R\$ 3.800, eu acho que a gente respondeu todo mundo. Com a palavra Sônia Maria (UFJF): Boa noite. É que na Universidade na Faculdade de Educação eles têm um projeto de libras, inclusive semana passada eles estiveram lá na Faculdade de Enfermagem porque eu sou da enfermagem, então poderia procurar a Faculdade de Educação para poder a comunidade estar inserida também nesse projeto, e fica às vezes até um custo zero. Com a palavra Wilson (SINSERPU): Boa noite. Primeiro que eu gostaria de pedir desculpas porque não deu para chegar mais cedo, a Drª Elisângela me segurou lá. Eu queria só dar uma sugestão, alí do lado do SINSERPU tem o Departamento de Deficiência, e eu fui convidado uma vez para participar de um curso de libras alí, e eu acredito que ainda tenha esse curso de libras agora, então seria só uma sugestão já que o Dr. Gilson pediu para abranger, quer dizer a SDS também poderia ter até alguém daqui alí, de lá aqui, eu não estou vendo ninguém, é só isso. Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo): As coisas precisam ser ditas, porque a gente vir aqui e fazer discurso, não é esse o nosso trabalho, o projeto não tem esse objetivo, é um projeto da saúde, nós não vamos trazer para dentro aqui, Wilson o departamento da qual você se referiu já devia ter avançado só que ele não tem a percepção do que é a dificuldade da saúde, nós estamos discutindo é um projeto específico para saúde, a libras pela libras todo mundo está aí, eu estou vendo a Cristina alí fazendo sinais, esse não é o projeto que a gente quer e eu não estou fazendo defesa de ninguém aqui, assim Sônia como a Universidade Federal de Juiz de Fora ela tem sim esse foco, mas ela tem um foco não específico para saúde, aí eu gostei muito da sua ideia Gilson é que a gente provoque o Executivo Municipal para que ele mande uma mensagem e aí sim, nós estamos vivendo um momento rico agora que é a lei orçamentária para 2018, então eu queria só pedir a esse plenário que esse projeto tem que ser nosso, esse projeto tem que ser numa iniciativa deles, do Conselho Municipal de Saúde, Secretaria de Saúde, porque esses atores, me perdoe o desabafo, já foram procurados e desvirtuaram o projeto, nós temos uma experiência aqui muito negativa de um projeto feito por uma profissional de saúde que se desgostou de tudo na vida e foi embora e aposentou, era um projeto que ela apresentou que tramitou nesse Conselho e depois alguém da Universidade Federal foi lá e se apropriou e chamou para si dizendo que era dele o projeto, ele está aqui dentro do projeto, ele cuida da dor, ele está aqui dentro do Conselho, e ela se aposentou inclusive ela tomou tanto desgosto e ficou tão desgostosa do processo que ela abandonou tudo porque foram lá e se apropriaram, o grande temor dos meninos é justamente que alguém se aproprie do projeto e faça dele uma mercadoria, e não é isso que a gente quer, o que a gente quer é um processo de sensibilização, de humanização do atendimento do Sistema Unico de Saúde, me perdoe o desabafo, mas se a gente for tirar daquilo que é nossa competência de encaminhar um projeto, eu não conheço o Erliandro, eu não conheço o Wiliam, a Lenir a gente tem pouco tempo que está convivendo, então eu não tenho interesse nenhum pessoal na causa, então eu gostaria Gilson que a gente pudesse estar adendando Regina, parabéns Gilson eu gostei mesmo foi uma sacada de mestre, obrigado. Com a palavra Erliandro Felix (Professor de Libras): Então primeiramente o curso que existe na Faculdade de Educação ele não é focado na área da saúde, eles aprendem muito o básico, uma comunicação é muito ampla, inclusive o Erliandro também tem um projeto que ele é para sociedade, abriu 100 vagas, o Erliandro ensina e é libras também dentro da Universidade de graça, então ele está apresentando aqui um projeto focado na área da saúde porque ele é uma pessoa que está sendo usuário, ele está com o dedo quebrado, ele está aguardando cirurgia, ele está fazendo exame, e ele só trouxe esse projeto pela dificuldade que ele está tendo, ele sabe que existe o Departamento de Pessoa com Inclusão, ele já inclusive trabalhou lá no Departamento ele é um ex-professor do Departamento, mas lá é para as pessoas aprenderem uma língua como um todo, não é uma questão específica, focada, é para pessoa aprender uma língua e ninguém quer aprender libras, as pessoas querem aprender os que elas vão utilizar, as pessoas da saude vão aprender os que elas vão utilizar, ninguém quer aprender gramática, você vai

273 num curso de libras para aprender gramática a pessoa não quer, por isso que ele criou esse projeto, a ideia é 274 criar um projeto que atenda numa demanda específica que precisa, as vezes para que não precise chamar uma 275 pessoa que depois pode acontecer isso que já aconteceu da pessoa sair divulgando uma coisa particular, um 276 exemplo que ele disse, por exemplo, uma surda é estuprada e ela vai no médico que tem que chamar o 277 intérprete, não precisa dos médicos saberem libras porque eu acredito que as vezes eles não querem, mas um 278 enfermeiro e ele se disponibilizam a aprender, no curso do Erliandro inclusive tem pessoas da Faculdade de 279 Odontologia, tem pessoas da Faculdade de Farmácia, ele acontece todas as tercas e todas as sextas lá na 280 Faculdade de Letras podem ir lá, vocês vão aprender a língua, não é nada focado, não é nada específico, vocês 281 vão aprender no geral muito mais focado na área educacional porque é isso que a Faculdade promove, é uma 282 questão educacional, mas nós temos aluno da odontologia, inclusive chamaram a gente para apresentar um 283 trabalho no seminário da odontologia relacionado a um projeto da saúde, então nós estamos apresentando aqui 284 é uma coisa que o Erliandro está vivendo porque ele está com o dedo precisando de fazer uma cirurgia, e o foco 285 principal é que se respeitem a lei, não é necessário criar uma lei nova, existe a lei de libras a lei que nós 286 apresentamos aqui que obriga esses prestadores de serviços e também o público a oferecer esse atendimento, o 287 Erliandro ele fala muito rápido aí ele acaba e eu continuo, é só isso. Com a palavra Regina Célia (Presidente 288 do CMS): Todos entenderam direito o que foi colocado? Qual é a proposta? Se a gente aprova para mandar 289 para Secretaria de Saúde, e depois a Secretaria dar encaminhamento para Câmara fazer um projeto de lei se 290 assim ela entender, porque como o vereador não pode fazer lei que gera custo eles não podem fazer, então tem 291 que ser um projeto que vai para Secretaria de Saúde, da Secretaria de Saúde para Prefeitura e a Prefeitura pede 292 para fazer isso, se vocês concordarem com isso a gente coloca em votação, agora o que eu queria deixar aqui 293 bem claro é a questão mesmo da humanização da saúde porque isso aí é humanizar a saúde, é uma coisa que a 294 gente sempre vem discutindo aqui a humanização, se tiver um profissional já está bom, um em cada lugar já está 295 bom eu entendo isso, quem concordar com isso favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado. Com 296 a palavra Erliandro Felix (Professor de Libras): Nós queríamos agradecer imensamente essa oportunidade, 297 as pessoas terem aceitado, é muito legal eu ser o primeiro surdo a vir aqui apresentar uma proposta, e eu vejo 298 que pode ser que consiga melhorar a questão dos surdos aqui em Juiz de Fora, porque tem muitos surdos e os 299 surdos sentem medo, e se consegue aprovar um projeto desses os surdos começam a se sentir melhor, eles 300 cuidam mais da saúde, então muito obrigado a todos. Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo): No 301 dia 27 as 14h30min no auditório do Centro de Vigilância, será feita a entrega dos 11 computadores aos 302 municípios que foram comtemplados com recursos ainda da 4ª Conferência de Saúde do Trabalhador, 11 303 computadores e 11 impressoras. Eu quero só reforçar aqui a questão das justificativas, a Rita pede aqui uma 304 licença temporária "Reitero o meu pedido de afastamento nesse semestre devido a problemas pessoais de 305 saúde, Rita Mendes", a Rita representa o Sindicato dos Psicólogos, a Secretaria da Superintendência vem em 306 anexo o ofício direção digitalizado contendo resposta a cerca do convite, o Oleg justificando a ausência dele 307 ontem na reunião do dia 22, justificar a ausência da Maria Madalena no dia 22, da Adelina no dia 22, do Orlando 308 no dia 23, do Moisés no dia 22 e 23, da Sônia Regina no dia 23, do Wiliam no dia 23, da Bruna e da Tamara no 309 dia 22. Nós recebemos um comunicado aqui do Fórum dos Conselhos e o problema é que ele é contraditório, 310 "Boa tarde prezados e prezadas, datado no dia 23 de novembro, venho por meio deste solicitar a substituição", aí 311 fala assim "Já o Conselho de Saúde eu peço que nos envie formalmente o desligamento dos conselheiros por 312 faltas sem justificativa, e nos encaminhe a conselheira Adelina e também mais um conselheiro para 313 composição", aí os conselheiros que estavam fazendo parte do fórum é o Guido e a Regina. Vocês não estão 314 indo? Podemos indicar a Adelina? Pode ser a Adelina? Tem mais alguém que se interessa a participar do fórum? 315 Adelina e Madalena. O Conselho hoje tem que se fazer presente em todos os comitês de pesquisa, isso é 316 obrigatório, isso é lei, e o IFET Sudeste vem pedindo ao Conselho que encaminhe um representante para 317 compor, o IFET Sudeste é no antigo CTU na Rua Bernardo Mascarenhas, então a gente precisava ter o 318 Conselho presente para representação, isso não é de hoje que está aqui conosco, o IFET Sudeste é o antigo 319 CTU e lá faz pesquisas também, então como tem o Comitê de Ética e Pesquisa da Santa Casa, do Oncológico, 320 precisamos ter alguém lá representando o Conselho, vamos ver se até o final da reunião alguém repensa aí, por 321 favor, se até o final da reunião alguém se interessar, e o COMPID pede aqui para substituir o conselheiro Cosme 322 porque ele no tem ido às reuniões. Como que é lá Regina? A presença do efetivo não abona o suplente? A 323 Regina está informando que é sobre os problemas de saúde dele, mas o regimento deles não leva em 324 consideração o que o nosso leva. Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS): Na verdade o Cosme não 325 apareceu nem na posse, eu até falei com eles lá sobre essa questão da saúde do Cosme porque ele estava 326 doente, mas lá a gente fala e eles não capitam, então não dá para ficar falando muito com eles, na verdade eu 327 acho que isso está mais, porque lá tem uma questão de posse tem um livro de posse que tem que assinar, é 328 igual lá no outro, lá não fica isso aqui o catatal de justificativa. Com a palavra Jorge Ramos (Secretário 329 Executivo): A Alice está se propondo a substituir o Cosme. Todos concordam? Ok. Com a palavra Regina 330 Célia (Presidente do CMS): Agora nós vamos passar para o segundo ponto de pauta que é a questão da 331 Sindicância da portaria 2672 da Secretaria de Saúde, então a gente vai estar aqui falando sobre o que a gente, 332 não é um resultado conclusivo, conforme foi o Jorge que pediu o ponto de pauta deixa que ele fale o que ele 333 quer. Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo): O que ocorreu? Nós fizemos uma discussão aqui, 334 enfim, no processo de avaliação das residências terapêuticas, porque teve um processo de uma chamada 335 pública que inclusive foi cancelada, agora já tem outra chamada pública na praça para o dia 06 de dezembro, e 336 aí veio o processo, foi feito uma denúncia junto a Secretaria de Saúde de algumas irregularidades que ocorriam 337 e se ocorrem eu não sei numa das residências terapêuticas, então a Secretária constituiu uma comissão e essa 338 comissão tem a participação da Regina enquanto Presidente do Conselho, outros representantes que estão aqui, 339 e a partir daí começou-se a fazer todo esse processo, nós tivemos aqui uma discussão. E por que eu pedi essa 340 pauta? Porque num determinado momento foi muito claro, está gravado, está registrado em ata, a Secretária

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382 383

384 385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407 408 disse para nós que o processo de sindicância não foi concluso, o processo não estava concluso, se o processo não estava concluso esse Conselho precisa saber o que acontece depois disso, e aí Dr. Gilson nós temos uma chamada pública e a minha provocação foi justamente no sentido que eu vou chegar onde nós entramos, existe a chamada pública que está na praça e eu estou sendo repetitivo para frisar dia 06 de dezembro, e essa chamada ela requer que o Conselho Municipal de Saúde emita um certificado de inscrição no Conselho a luz do que está lá na resolução 384 com a nova redação, são certidões negativas, nós temos o GEDAE e eu fiz uma solicitação a comissão, me refiro a comissão e a Regina preside a Comissão Sindicante, eu fiz uma solicitação porque cheguei até sofrer uma certa pressão do GEDAE pela Fátima e falo aqui, está gravado e que fique gravado que ela ia judicializar o certificado, eu falei "Então judicialize, para mim não tem problema nenhum, não tenho nenhuma preocupação, a justiça está aí é para isso", "Vamos ver", eu falei "Eu preciso enquanto Secretário Executivo do Conselho de uma segurança jurídica para dizer que aquela instituição está devidamente inscrita no Conselho conforme determina a 384", e inclusive colocamos mais duas alíneas na 384 que exige que dentro de 24 horas a instituição diga ao Conselho que estará interrompendo o serviço, isso foi um dos avanços porque é muito comum você ver uma instituição e ela avisa ao Conselho daqui há um mês que fechou e já voltou e a gente não ficava nem sabendo, a EBSERH está cumprindo e os prestadores não estão cumprindo, aí na hora que vier renovar certificado não vai ter. Aí o que a gente faz? Teve um processo sindicante a qual estava envolvido diretamente a Associação Casa Viva e o Grupo Espírita GEDAE, mediante a minha insistência de ter uma documentação encaminharam um ofício a Comissão, e a Comissão então emitiu um documento dizendo que quanto à situação da Instituição GEDAE nada que desabone, não estou falando que o Casa Viva é pior, não estou falando nada disso, acabou o problema o certificado está lá, está legal, pode participar, a minha dificuldade enquanto Secretário Executivo e a Regina sabe do que eu estou falando, é justamente da gente emitir um certificado e amanhã ser chamado em juiz, ser chamado em Ministério Público, para dizer que vocês certificaram uma instituição que ela estava sobre um processo sindicante e que inclusive esse processo ainda está sendo monitorado, pode me corrigir se eu estiver errado Dr. Renato e membros da comissão, que está sob monitoramento. O que nós precisamos? Por que eu fiz essa provocação? Porque a chamada pública é no dia 06 de dezembro, se a Instituição Casa Viva não tiver por parte do Conselho o certificado ela não estará participando, ela vai até participar, mas quando a Comissão de Chamada Pública da qual o Vitor está aqui e é o Presidente da Comissão ela verificar que a inscrição dela está vencida e que não houve a renovação acabou. Então por que eu estou falando isso? Porque eu preciso de um documento, eu preciso de alguma coisa, a Beth falou que está no processo e eu não li o processo ainda, a gente leu algumas coisas que estão aqui. O que foi decidido? O processo está em curso e está sendo monitorado, é isso que eu gostaria Regina e estou me referindo a você na condição de Presidente da Comissão Sindicante, não na condição da Comissão de Saúde Mental e Presidente do Conselho, nós enquanto Conselho só precisamos de dizer o seguinte está sendo monitorado e a partir do monitoramento nós estamos acompanhando. Há impedimento legal dela participar da chamada pública sim ou não? Só isso, a chamada pública está aí, e aí quando você vai lá nos artigos da chamada pública ela fala inclusive que estão impedidos de contratar com a administração pública aqueles que estão nessa condição, e quando você vai fazendo a interpretação do que é e do que não é, ela pode cair num dos itens, então a gente quer apenas nos preservar, é uma cautela, é uma garantia que a gente precisa de que esse Conselho não foi irresponsável, que este Secretário Executivo, e não estou dizendo que somos irresponsáveis, emitiu um certificado a luz da documentação apresentada e que essa instituição não estava apita a participar do certame, feito isso o processo está em curso, o processo de avaliação e monitoramento Alessandro está em curso, e quem me parece que avalia é o Departamento de Saúde Mental ele que é o monitorador do processo, isso não é a nossa dificuldade, nós temos a Comissão de Saúde Mental que amanhã pode sentar junto com a Comissão Sindicante e dizer "Como é que está o processo?", agora o que eu preciso e eu queria a compreensão de todos é justamente de termos uma segurança jurídica, porque nós estamos vendo aí pessoas sendo chamadas, eu citei o exemplo da Maria Helena Leal e vou ser repetitivo, depois de tantos anos ela por se negar a homologar uma resolução do Conselho ela está sendo chamada lá para responder, então quer dizer eu acho que a gente tem que pensar Vitor com muita frieza, com muita cautela, sem nenhum afogadilho, sem nenhum sentimento de mágoa, não tem nada disso, eu não tenho nada com o Casa Viva, eu não tenho nada com o GEDAE, lamento muito a atitude que a Fátima teve aqui no dia que terminou aquela reunião porque a reunião foi cheio de gente aqui e foi um desastre, mas então Regina a minha preocupação é só essa, eu só fiz essa instrução para que a gente pudesse estar. Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS): Tem alguém da Comissão que gostaria de esclarecer? Porque tem eu que sou da Comissão, o Dr. Renato Lobo, a Gracinha que é do núcleo de redes e a Rosana do Departamento de Saúde Mental. Com a palavra Dr. Renato Lobo (Membro da Comissão de Sindicância): Boa noite. Eu fiz parte da Comissão de Sindicância nomeada pela Secretária, para apuração de irregularidades nas residências terapêuticas do município, o GEDAE e Casa Viva, e pudemos fazer um trabalho que teve a duração de alguns meses de acompanhamento das casas, de observação cuidadosa e criteriosa de ambas as instituições, um trabalho que foi desde avaliação da estrutura física, avaliação de suprimentos, avaliação de capacitação da equipe técnica, avaliação do manejo dos moradores, do cuidado com os moradores, das condições de inserção desses moradores, nas articulações com a atenção básica, articulações com outras entidades sociais para que essas pessoas de fato possam estar na vida, possam estar tendo oportunidade de fato de serem colocadas no tecido social, diante de dispositivos de reabilitação e dispositivos de troca de vida, de troca de experiências de igrejas, enfim, das ONGs serem promotoras de saúde no mais amplo expecto da compreensão e do conceito de saúde. E observamos que a Associação Casa Viva de fato tinha algumas não conformidades que constam aqui no relatório, e que eu não acho que aqui me cabe de forma alguma repetir porque foram enviadas para o Conselho e estão dispostas no Conselho para análise, foi então constituída pela Secretária uma Comissão de Monitoramento diante da notificação da entidade, e essa Comissão de Monitoramento da qual também eu faço

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

parte que aí é uma comissão técnica do próprio Departamento de Saúde Mental, eu, a Rosana e a Irma fazemos parte dessa Comissão de Monitoramento, e nós temos percebido que essa instituição Casa Viva tem se prontificado até o presente momento a tentar corrigir as não conformidades apontadas durante a Sindicância. Então coincidentemente houve um término do contrato pela lei 8666 que expirou, então a Prefeitura acionou o jurídico, então a PGM teve que fazer a renovação contratual por mais seis meses dessa ONG, e a Comissão de Monitoramento deu o parecer favorável a renovação do contrato a PGM com ressalvas de que o monitoramento deve continuar em andamento para que possam haver de fato a gente tomar segurança de que as mudanças estão sendo de fato continuadas, sustentadas pela ONG, e a segurança do processo assistencial seja efetivamente garantida aos moradores que é o que todos desejamos. E diante disso houve também uma, diante dessa questão do GEDAE ter solicitado ao Conselho esse documento que estava vencido, o Casa Viva também deve estar com o documento dele, a Comissão de Monitoramento deu um parecer ao Subsecretário que está aqui o Alessandro de que nós entendíamos de fato que o GEDAE não havia nada que desabonasse ao Conselho poder emitir o certificado, e com relação ao Casa Viva a gente pode replicar ao Conselho Municipal de Saúde a mesma posição que nós tomamos em relação a PGM, nós vemos que há possibilidades sim de haver habilitação para concorrência na chamada, porém deverão ter cláusulas de relevância no sentido de que deverão ser tomadas as medidas também de monitoramento e observação das conformidades, para que isso se mantenha com validade de prorrogação. Então o parecer da Comissão Técnica diante do Conselho é essa, há de fato validade, eu acho que pode estar habilitada a instituição a isso, porém com a ressalva que consta no documento enviado aqui que está às mãos do Subsecretário de Redes Alessandro, as ressalvas da própria Comissão de Monitoramento a PGM, elas podem ser as mesmas encaminhadas ao Conselho Municipal de Saúde que possa respaldar ao Conselho estar emitindo o certificado que habilite a instituição a participar da chamada pública, porém com as ressalvas que já estão enumeradas aí que devam ser atendidas em relação a essa questão. Obrigado. Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação): Boa noite. Eu vou falar um pouco com relação à chamada pública, a chamada pública nós reunimos lá com o Alessandro mais de 15 vezes porque é uma dificuldade tremenda porque existe uma preocupação, a chamada pública é muito particular. Por que como que alguém vai assumir um serviço se ele não tem uma casa alugada? Ou como que ele aluga uma casa se ele não sabe se vai pegar o serviço? É um negócio muito complicado, é uma das muitas dificuldades que a gente teve nesse processo, então submetemos a primeira vez fizemos a chamada pública e ela foi publicada e aí percebemos essa questão, uma das questões que a gente percebeu foi essa, mesmo que chegue uma empresa amanhã que não seja o GEDAE ou Casa Viva para assumir o serviço. Onde é que eles vão arrumar uma casa na forma que tem que ser? Como é que é isso? Como que eles alugam um imóvel sem ter certeza? E não é um imóvel só, são 29 residências terapêuticas. Como é que ele faz para alugar 29? Ou que seja que ele se habilite para 10 ou para 20. Como é que ele aluga 20 imóveis em Juiz de Fora e contrata equipe? Não tem lógica, e aí nós conversamos com a Secretária, com o nosso jurídico, e achamos por bem suspender aquela primeira chamada e fazer uma segunda, inclusive que consta uma cláusula de transição que é essa questão da gente poder ter o acolhimento digno e correto para as pessoas que estão hoje nas residências terapêuticas. Quanto à documentação, tendo a documentação ele vai ser habilitado, não tendo a documentação o jurídico vai analisar, e a Regina ainda falou "Mas pode até ser dado um prazo?", pode, mas às vezes é prazo de 48 horas, cinco dias, que de 6 para 10 não vai ter diferença, então com relação a chamada pública eu creio que é isso as pessoas vem, ela está marcada inclusive para acontecer aqui no Conselho, o Jorge e a Regina tem nos cedido aqui o espaço e a gente senta nessa mesa aqui e analisa os documentos, o jurídico vem conosco, vem mais pessoas da comissão, e vamos analisar a documentação toda. Está apta? Não está? E cabem os recursos todos que estão descritos aí no edital da chamada pública, eu acho que é isso, obrigado. Com a palavra Vanderli Henrique (Sindicato Estabelecimento de Saúde): Eu faço parte dessa Comissão aqui dentro do Conselho, eu sei que houve essa Comissão de Sindicância, vocês trabalharam, mas não tem uma resposta certeira de que a Casa Viva está andando corretamente com os serviços dela, porque a gente precisava de um relatório aqui para essa Comissão analisar daqui do Conselho, eu não vou falar para nenhum conselheiro aqui votar a favor, mas eu não vou responder por uma coisa que eu não vi enquanto participante da Comissão aqui de dentro, e na Comissão são seis elementos e quem está sabendo é só a Regina, mas a Regina está dentro da Sindicância ela vai falar que está bom, que está tudo certo, que ela está concordando com vocês, mas eu como participante da Comissão não assino em baixo. Com a palavra Maria Alice (Região Sanitária 7): Boa noite a todos. Eu vou até ser um pouco deselegante, porque eu não concordo com a fala do Vanderli quando ele fala que só a Regina está sabendo disso, porque na verdade a gente vem conversando, quando a gente tem reunião a gente conversa, nós fizemos uma reunião aqui, eu, a Regina, a Fátima, foi um dia que você não pode vir, nós olhamos alguns documentos que estavam aí, nós analisamos e chegamos à conclusão de que a gente seria a favor do relatório da Comissão da Secretaria e o trabalho continuava, a partir daquele dia que nós fizemos essa reunião ainda teve mais trabalhos da Sindicância. Então o que foi avaliado por nós que realmente nós em momentos anteriores a gente já tinha feito visitas nessas residências, realmente algumas coisas procediam, são denúncias que foram feitas que as vezes procediam, inclusive a gente estava trabalhando anteriormente fazendo visitas, então era uma coisa que a gente realmente estava detectando, então eu até discordo um pouco de você porque não é só a Regina que está sabendo, isso é um assunto que vem sendo entre nós conversado, então realmente hoje eu figuei assim porque ele colocou que tem algumas ressalvas, então eu não sei como que tramita isso aí, se tem algumas ressalvas, se vai esperar sanar essas ressalvas para poder entrar na chamada pública, ou se vai ser acatado para poder dar o documento, isso é a minha dúvida que bailou aqui agora na hora que você colocou para nós que tem algumas ressalvas, mas até então o que foi colocado realmente procede, são coisas que a gente já detectou anteriormente, então eu discordo Vanderli que só ela estava sabendo, a gente também tem conhecimento disso, essa é a minha fala. Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS): Vanderli é lamentável porque todas as vezes que a gente vai fazer visita você não pode ir, a gente sai daqui de manhã as

477 09h00min da manhã, a gente roda o dia todo, normalmente três dias para poder visitar as 29 residências 478 terapêuticas, e a gente sempre trouxe para esse plenário os problemas que a gente encontrou, e não foi uma 479 vez, a gente se reuniu, e nós chamamos aqui o Casa Viva e discutimos com o Casa Viva, falamos dos 480 problemas que a gente encontrou e isso não é papel nosso Conselho de discutir com prestador e nós fizemos 481 isso várias vezes. Fizemos isso por quê? Por causa dos usuários que estão lá dentro porque em primeiro lugar 482 nós temos que pensar nos usuários, esse é o nosso papel enquanto controle social, e eu me vejo desse jeito, e 483 aí quando você fala que não vai confiar na minha palavra, se o relatório foi feito por mim também e você disse 484 que não concorda porque você não viu, o relatório está aí. Por que você não leu? Então realmente a Comissão 485 durante a visita da Comissão nós detectamos muitos problemas, eu não vou negar, eu não vou dizer para vocês 486 que não, foram vários e tristes de se ver, eu não tenho muita certeza mais a Comissão a gente ficou eu acho que 487 mais de três meses para a gente diluir tudo que a gente estava vendo, todos os problemas que a gente foi 488 encontrando a gente mandava para Secretária porque é uma Comissão sigilosa, nós reunimos com a Secretária 489 e passava para ela e ela notificava a ONG, porque a gente não podia esperar o desenrolar de três meses para 490 falar o que estava acontecendo e assim foi feito. O que a gente acordou? Que não podia parar. Concordam? É a 491 mesma coisa uma pessoa está doente, você vai acompanhando a pessoa, você vai acompanhando a evolução 492 da pessoa de como que ela está, se ela está melhorando ou se está piorando, então eu estou falando de acordo 493 do que a gente entende aqui sobre evolução porque é uma coisa muito difícil para mim, eu falo isso porque eu 494 conheço também o trabalho da ONG, eu conheço o pessoal da ONG, para mim é muito difícil também chegar 495 aqui e detonar a ONG e desconsiderar tudo que ela fez de bom também, eu acho que a gente tem que dar 496 oportunidade para as pessoas para melhorar, a partir do momento que a gente disse "Isso aqui é azul e a gente 497 quer que figue vermelho", a gente tem que dar um tempo para que ele se adeque. O que eu proponho aqui 498 enquanto Comissão e enquanto Presidente desse Conselho? É que a gente possa dar o certificado Jorge e a 499 gente condiciona o certificado ao desenvolvimento da ONG, e aí sim eu entro na sua fala nós enquanto 500 Comissão, eu já tinha conversado com a Fátima, eu já tinha conversado com a Alice, eu não sei se eu tinha 501 falado com você, só que é o seguinte é um problema atrás do outro, o carro nunca está disponível, é muita coisa, 502 porque a gente quando pega o carro a gente pega ele para semana toda para a gente poder fazer as visitas, e 503 juntamente eles fazem o papel deles que é o papel deles e nós fazemos o nosso, eles fiscalizam e nós fazemos 504 o nosso papel de fiscalizador também, eles fazem o papel técnico e nós fazemos o papel que é de observar 505 aquilo que a gente observa, e depois a gente senta com a Comissão "Nós observamos isso e isso" eu acho que 506 isso dá para a gente fazer Renato, então essa é a minha proposta. Agora com relação a eles estarem 507 participando da chamada pública eu não vejo nada contra, inclusive eu já tinha até feito um comentário com o 508 Jorge que eu não vou nem falar aqui, porque são 29 residências terapêuticas, então a minha preocupação é com 509 o usuário, eu quero que o usuário seja bem assistido, eu não quero ver o usuário na condição que ele estava 510 antes de hospital, porque quando eles estavam dentro do hospital do jeito que eles estavam ninguém veio nesse 511 Conselho questionar, isso é o que eu falo, é degradante inclusive para os profissionais que lá estavam, nós 512 fomos em hospital que tinha 160 pacientes com três profissionais Renato, então eu acho que a gente tem que 513 olha lá para trás e ver o que está acontecendo agora. Está tendo problemas? Sim, mas é problema que a gente 514 pode resolver, eu chamo a Comissão depois porque a gente vai viajar para conferência, que a gente venha, que 515 a gente comece a fazer também o nosso papel, eles fazem os deles, nós fazemos o nosso. O que eu estou 516 colocando aqui para o Conselho? A minha participação na Comissão de Sindicância, ontem eu falei com o Jorge 517 que ele é bocudo porque foi ele que abriu essa boca dele e foi para o Jornal e falou que não tinha ninguém no 518 controle social na Comissão, aí me colocou lá na Comissão, aí eu é que fiquei numa situação e ainda veio gente 519 aqui e falou que eu não tinha capacidade para estar na Comissão, então é isso que eu estou falando, então a 520 gente participou, a gente trabalhou e trabalhamos muito para que chegasse no que chegou hoje, hoje ela está 521 melhorando, então eu acho que ela tem condição de participar e a gente monitorar, e aí Jorge eu acho que a 522 gente podia fazer uma resolução e fazer alguns amarramentos, se ela não cumprir as cláusulas do contrato, se 523 ela ficar cumprindo só 50%, aí a gente vem para outra discussão mais profunda e aí a gente resolve aqui no 524 Conselho, eu não sei o que vocês pensam, eu vou colocar isso em votação quem concordar comigo, e o Jorge 525 vai usar a fala, aí a gente resolve. Com a palavra Dr. Gilson Salomão (Sindicato dos Médicos): O que eu 526 estou percebendo e eu gostaria até que alguém me corrigisse se eu estiver equivocado, é que a situação 527 modificou em relação aos dois, três meses atrás, porque dois, três meses atrás a decisão era outra totalmente diferente, nós vimos aqui hoje, eu estou vendo que a situação realmente está mais ou menos equilibrada e 528 529 acordada tanto que nós não temos aqui a presença nem de Amorim e nem de sua tropa de choque, então diante 530 disso nós estamos vendo que a coisa está caminhando para uma situação melhor, de acordo, monitoramento 531 como o Dr. Renato falou, e eu acho que diante disso eu não vejo problema nenhum do Conselho corroborar 532 dessa forma, além do mais foi o que você falou vamos conjecturar que apareçam só duas, são 29, 12 são 533 GEDAE, 17 Casa Viva, aí você impede a Casa Viva, não tem outra, o GEDAE já falou que não assume os outros serviços. Como é que ai ficar? Então é uma situação muito complicada, não tem condição de ser autogestão, 534 535 então nós temos realmente que ir com calma porque caso contrário nós vamos é piorar a situação. Com a 536 palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo): Ontem nós tivemos aqui Dr. Renato uma experiência muito boa, 537 quando esse Conselho disse que o Centro Estadual de Atenção Especializada ou CEM não deveria nesse 538 momento estar saindo da gestão entre os prestadores porque a Secretaria de Saúde tem uma dificuldade, aliás, 539 a Prefeitura tem uma dificuldade muito grande de recursos humanos, nós estamos vendo que a maior dificuldade 540 hoje é você ter a força do trabalho no ser humano, e a Secretaria muito responsável reconheceu que o momento 541 não é para ela chamar para si a gestão desse processo do Centro Estadual de Atenção Especializada. Regina 542 eu comungo com a sua proposta, mas eu queria Alessandro que a gente tivesse cópia desse processo que ele 543 hoje está composto de 110 folhas, ele começa na folha 010 a 110 volume 5 do processo 4440/2013, quer dizer é 544 uma coisa que não é de hoje. E Dr. Gilson a portaria que a Beth nomeia a Comissão de Sindicância ela data de

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

03 de janeiro de 2017, então quer dizer que é uma demanda que já vem sendo analisada, e aí Regina eu queria ver se a gente consegue contemplar porque o grande questionamento é a ausência, lei 10.216 ela exige que todo Conselho Municipal de Saúde, eu falei isso ontem no seminário, tenha uma Comissão em Saúde Mental que é justamente para acompanhar a política, e ela não é uma Comissão tirada de trás da orelha, ela está referendada pela lei federal, e assim eu gostaria que a gente estivesse tentando compor, não é assembleia, tentando compor a Comissão de Saúde Mental e a Comissão de Sindicância, não é modificando a portaria, mas que em paralelo a Comissão de Saúde Mental pudesse estar acompanhando porque o monitoramento é importante para você dar satisfação, aliás, monitorar é dever nosso, nós também podemos fiscalizar, vamos ser muito claros nós podemos muito além do acompanhar no dia a dia, nós podemos fiscalizar o que está sendo feito, porque na hora de aprovar os recursos que vem para vocês a Comissão de Saúde Mental dizer se o recurso está sendo aplicado. E onde que começa o grande problema? Falta de comida, falta de hotelaria, falta de medicamento, se está faltando não é problema deles porque medicamento é responsabilidade do município até onde eu sei, mas a hotelaria, a comida, a falta de um plano terapêutico de pegar aquelas pessoas que estão alí dentro e que ficam 24 horas dentro daquela casa, porque eu já fui numa casa de surpresa e as pessoas ficam alí fumando e não tem um plano terapêutico, uma atividade física, não tem um desenvolvimento, não faz uma caminhada, parabéns inclusive. Quem é que levou o pessoal para praia? O GEDAE, parabéns para o GEDAE e que fique registrado, eles foram à praia, ser humano que tiver inserção na sociedade, isso sim para mim é plano terapêutico, isso para mim é trazer o cidadão para inserção na sociedade, agora confinar o cidadão, tirar de dentro do hospital e colocar numa casa e deixar ele lá fumando o dia inteiro, isso para mim não é, e ele deambulando para lá e para cá. Regina você se lembra no dia que nós fomos lá ao Esperança? Eu acho que o Dr. Renato estava conosco, a gente fazendo uma reunião e ele ficou em volta da nossa mesa dizendo assim "Reunião, reunião", eles têm noção, não são alienados, tanto são que estão aí. Então eu só queria fazer Regina, Vitor, a questão da chamada pública está aí, está colocada, foram corrigidos, mas eu queria fazer essa proposta primeiro que a gente tivesse Alessandro cópia de todas as laudas do processo, segundo Regina paralelo ao trabalho que vocês continuam fazendo porque isso para mim é monitorar, que a Comissão de Saúde Mental pudesse estar acompanhando, porque na realidade nós temos que pensar nas pessoas que estão lá fora, nós temos que pensar que estão esperando a gente decidir aqui, e aí a chamada pública está na praça, lembrando Vitor que uma das deliberações desse plenário foi que a chamada pública deveria ter sido discutida com o Conselho, a gente colocou isso, mas tudo bem eu acho que o tempo está muito, vamos pensar neles, vamos pensar nas pessoas que estão lá, mas se puder ser assim Regina eu acho que não temos nenhuma dificuldade. E quero aqui justificar, a minha posição foi essa que eu tinha que ser realmente como propositor que fui para provocar a discussão para a gente chegar nessa corresponsabilidade, Dr. Renato estive lendo alí, é na folha 76, 43 e 42, está claro, onde a Comissão ela diz que você não tem óbice com relação à prorrogação do contrato, se você prorroga o contrato automaticamente você reconhece que alguma coisa está sendo feita, então da minha parte eu estou liberando Regina para continuidade do processo e a gente faz essa proposição, o Dr. Renato inclusive na fala dele e está aqui gravado que ela vem fazendo o trabalho, agora tem algumas ressalvas, eu estava tentando ler o relatório alí agora e não é pouca coisa. São quantas casas? 12 do GEDAE e 17 do Casa Viva, são 17 casas, e casa é casa, é como se fosse a sua casa tem problemas, vai ter problema de luz, vai ter problema de lâmpada queimada, isso vai ter problemas, agora o que não pode ser a exceção virar regra, a exceção não pode ser regra. Com a palavra Aparecida de Fátima (ASCOMCER): Boa noite. Eu queria falar o seguinte, que a Comissão o Vanderli entrou agora como trabalhador da Comissão, então ele não teve condições de ir fazer nenhuma visita com a gente, mas eu, a Regina, a Alice no caso o irmão dela adoeceu, mas eu, a Regina, a Alice, às vezes o Wiliam ja com a gente e às vezes não, mas eu e a Regina a gente visitou todas as 29 residências e encontramos também todos os problemas, e eu não fui com vocês mais sei que vocês também viram e eu sei que é verdade, só gostaria de continuassem acompanhando, eu concordo com a fala do Jorge, está certo. Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS): Então quem concordar que a gente dê o certificado para o Casa Viva na condição que a gente continue a fazer o monitoramento, e se a gente observar que eles estão mudando a forma de melhoria a gente traz para o Conselho novamente, e aí a gente juntamente com a Comissão e voltamos a uma nova discussão e a Comissão do Conselho com certeza, quem concordar com isso favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado por unânimidade. Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde/Juiz de Fora. Transcrição: Vanessa Souza de Castro.